



## **“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”**

**Eixo temático:** Ética, Direitos Humanos e Serviço Social

**Sub-eixo:** Direitos Humanos: fundamentos históricos e a práxis dos movimentos e das lutas sociais em defesa dos direitos humanos na sociedade contemporânea

### **NOVA DIREITA, SOBERANIA POLÍTICA E DIREITOS HUMANOS**

CAMILA DIAS CAVALCANTI <sup>1</sup>

**RESUMO:** O objetivo da discussão é compreender a luta pela garantia dos direitos humanos à luz das mudanças na proteção social, principalmente a partir dos anos 1980 até os dias atuais, com a ascensão da nova direita e da perda da soberania política. Apresenta-se o que se compreende pela ideologia da Nova Direita e como ela interfere na atuação do Estado para elaboração de políticas sociais e de proteção aos direitos humanos, aliando-se ao modo de produção capitalista atual, em que os Estados Nacionais vão perdendo soberania política para o capitalismo tecnológico e para as grandes corporações.

**PALAVRAS-CHAVES:** Nova Direita, Direitos Humanos e Soberania Política.

**ABSTRACT:** The purpose of the discussion is to understand the struggle to guarantee human rights in the light of changes in social protection, especially from the 1980s to the present day, with the rise of the new right and the loss of political sovereignty. It presents what is understood by the ideology of the New Right and how it interferes in the performance of the State for the elaboration of social policies and for the protection of human rights, allied to the current capitalist mode of production, in which National States are losing sovereignty policy for technological capitalism and large corporations.

**KEY-WORDS:** New Right, Human Rights and Political Sovereignty.

### **NOVA DIREITA, SOBERANIA POLÍTICA E DIREITOS HUMANOS**

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade De Brasília

## 1. INTRODUÇÃO

No que se referente à proteção social é certo que desde 1970, como resposta à crise de recessão, o modelo universal baseado nos princípios de igualdade e equidade distributiva, vem sendo esvaziado e contestado (PEREIRA, 2014). Ao longo dos anos, a ideia de proteção social, com o Estado sendo responsável pela execução de políticas públicas, vem cedendo lugar para uma racionalidade ou ideologia baseado no mérito individual, na ideia de uma crise do Estado em razão dos gastos sociais, e na responsabilização dos indivíduos por seus ganhos ou suas perdas (PEREIRA, 2014; DARDOT e LAVAL, 2018). Essa “nova” maneira entender as relações sociais entre Estado e indivíduos, vem retrocedendo o próprio conceito de cidadania, e assim, as possibilidades de reivindicar do Estado subsídios para o bem-estar social. Quando ideologicamente passa-se a culpar os indivíduos pela crise do Estado com os gastos sociais, pelas perdas na economia, exigindo de todos nós sacrifícios e esforços para superação da crise, o Estado se desobriga de atuar na proteção social de forma universal. E justifica sua adoção, cada vez maior, por políticas neoliberais, opondo-se à práticas intervencionistas para garantia de direitos sociais.

Contudo, o neoliberalismo não será a única ideologia que passará a compor o discurso, práticas e valores, a partir dos anos de 1970. A fusão de duas ideologias, aparentemente conflitantes, o neoliberalismo econômico e o neoconservadorismo social e político, forja o que alguns autores vão chamar de Nova Direita (PEREIRA, 2014). Como já foi citado, as políticas neoliberais assumem um caráter individualista, de liberdade negativa, da crença no livre mercado, já o neoconservadorismo se une a essas práticas com a crença na defesa da família patriarcal, da moral e dos bons costumes, contrário à garantia de direitos sociais e humanos de grupos minoritários ou marginalizados. Mas o que faz com que essas duas ideologias se fundam para o surgimento da Nova Direita, são valores e crenças em comum: a autorresponsabilização dos indivíduos e da mínima proteção social por parte do Estado, aliado a um Estado autoritário, hierárquico, buscando manter a segurança e a ordem pautadas no resgate de valores tradicionais e disciplinadores (PEREIRA, 2014).

O saldo dessa mescla neoliberal-neoconservadora foi a instituição de um Estado socialmente limitado, não garantidor de direitos sociais, provedor de políticas de proteção social residuais, contingentes e estigmatizantes, por um lado, embora forte, centralizador e controlador, por outro. A tensão constante entre as duas componentes ideológicas centrais da Nova Direita fez com que nessa inexistisse pureza no *laissez-faire* neoliberal e na economia de livre mercado, ou na autoridade e poder estatais e na nova ordem moral neoconservadora (PEREIRA, 2014, p.121).

Embora possa parecer contraditório a fusão do neoliberalismo com o neoconservadorismo, já que um prega mais liberdade, quanto o outro mais autoridade, as duas ideologias se uniram naquilo que mais interessa ao capitalismo: a intervenção do Estado para proteger interesses das classes hegemônicas, enquanto pratica a coerção social e garante a reprodução da ordem. Como na famosa frase da então primeira ministra britânica Margaret Thatcher “não há alternativa”, para inexistência de uma sociedade enquanto corpo social, resta apenas indivíduos na busca pela sobrevivência. Por isso, para a ideologia da Nova Direita, é reforçada a ideia de que justiça e proteção social são impossíveis de serem concretizadas pelo Estado, já que os indivíduos devem se guiar pelas regras (ou não regras) do livre-mercado, a pragmática dessa ideologia coloca os sujeitos como protagonistas de suas próprias mazelas sociais.

A discussão sobre Nova Direita no Brasil é recente e tem diferentes abordagens. Para Rocha (2019) a formação da Nova Direita no país se inicia a partir dos anos 2006 e 2010 com a organização de grupos na internet e como reação ao lulismo. Seria, para a autora, uma reação à perda da hegemonia de políticas ultra liberais junto ao Estado, que fomenta a “reativação” desses grupos. Já Cêpeda (2018) afirma que a nova direita no Brasil possui projetos, valores e intenções heterogêneos, ainda que sob um mesmo guarda-chuva, ou do termo Nova Direita. Assim, para essa mesma autora, a Nova Direita coabita com famílias políticas diferentes, com uma aliança entre liberais e conservadores, com segmentos da direita radical e neofascista. Rocha (2019) e Cêpeda (2018), apesar de suas análises partirem de matizes diferentes, corroboram com a ideia de que a Nova Direita surge no cenário político brasileiro, como uma reação às políticas dos governos petistas, entre os anos 2003 e 2016.

Em Pereira (2019) a Nova Direita, apesar de chegar no Congresso Nacional brasileiro a partir de 2016, já representava uma ideologia que vinha sendo gestada

desde os anos de 1980. A abordagem da autora se difere das demais por pontuar que a Nova Direita, como fusão das ideologias neoliberais e neoconservadoras, não representam apenas uma racionalidade política, cultural e econômica. Ela se estabelece no governo e Estado brasileiro em 2016, mas sua influência, como ideologia já vinha se configurando no cenário internacional e nacional, com práticas, valores, ideia e crenças que modificaram o entendimento de proteção social, bem como de democracia. As políticas sociais são afetadas pelo neoliberalismo, mas não só, o neoconservadorismo surge cada vez mais influenciando as práticas políticas e sociais que grupos políticos econômicos e o Estado passam a adotar na configuração da proteção social. Pereira (2019) ainda ressalta que o que havia de mais antissocial e rígido nessas duas correntes, foi mesclado, germinando a Nova Direita.

É da influência do neoconservadorismo (embora não seja sua bandeira explícita) que renasce, com toda força, o racismo, o machismo, a LBGTFobia, a xenofobia, e outras opressões, comumente praticadas pelos 'homens de bem'. Também é herança ao conservadorismo a guerra às drogas, a criminalização do aborto, o Escola Sem Partido, os crucifixos, as bíblias em órgãos públicos, o hino nacional entoado nas bandeiras por multidões que expulsam imigrantes e refugiados (PEREIRA, 2019, p.70).

Tais características, neoliberais e neoconservadoras, são bem marcantes na sociedade brasileira e no modelo de desenvolvimento adotado que forjou a modernização do país. Como já foi citado, um país que nunca rompeu com seu passado colonial, escravagista, machista e racista. Que promoveu uma modernização pelo alto, sem enfrentar as desigualdades sociais e econômicas, que teve a frente desse processo grupos políticos e econômicos subalternos às elites hegemônicas internacionais, em suma, um modelo societário, como já pontou Fernandes (2016) desigual e combinado. Acrescente-se a isso, a capacidade de manipulação, oportunismo e cinismo que a classe dominante tem em fazer valer seus interesses particulares como universais, em relaxar suas crenças e valores quando lhes convém. A aparente contradição entre a ideologia neoliberal e neoconservadora, para o surgimento da Nova Direita, parece não surpreender muito o cenário nacional, principalmente, quando se analisa o processo de formação do Estado Nacional. Atualmente, não é de se espantar as alianças das bancadas da bala, do boi e da bíblia no Congresso Nacional, assim como outros consórcios

improváveis no âmbito dos valores e das crenças.

Contudo, no contexto do golpe de 2016 até a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república, pode-se perceber um retrocesso na garantia de direitos humanos e sociais. Aliado à disputa ideológica de que o Estado não deve assegurar esses direitos, que somente serviriam para proteger vagabundos, bandidos, imorais, destruidores da nação e da sociedade brasileira. Isso de acordo, evidentemente, com o ideário neodireitista que soma pouco Estado Social, e assim revisão, ou mesmo extinção de políticas sociais, com a intervenção moral do Estado para garantir aquilo que defendem como cidadãos de bem: família patriarcal, heteronormatividade, nacionalistas, brancos, embora com o direito de ser armarem e com o salvo conduto da liberdade de expressão para discriminação e preconceito. Esse processo potencializou a desumanização de segmentos da população, limitando a capacidade de empatia entre outros cidadãos, naturalizou o ódio aos pobres, as violências racistas, LGBTfóbicas, machistas, xenofóbicas (PEREIRA, 2019). Se a luta era pela ampliação de direitos e políticas sociais, atualmente, tem-se que defender o óbvio, que existe fome, que a Terra é redonda, que fake news não são fatos realmente existentes, que ensino, pesquisa e ciência não são discursos “ideológicos”, que não existe ideologia de gênero e nem uma ditadura gay comunista no país. A Nova Direita tem conseguido manipular discursos e fatos, apelando para a defesa da moral, da família e dos bons costumes, bem como pelo direito de expressar sua opinião. Mas o que realmente tem feito é manipular informações e fatos, dividindo a população entre conservadores de bem e progressistas do mal. O que é verdade e o que é mentira é relativizado em prol daquilo que defende a Nova Direita.

Nesse processo não dá para desconsiderar o papel das redes sociais e das tecnologias da informação que foram ferramentas, muito bem utilizadas, por atores políticos da Nova Direita na disseminação de informações falsas, ou que miravam a desqualificação de seus adversários políticos, com discursos simplistas, focado no rápido consumo e no fácil compartilhamento. O presidente Jair Bolsonaro foi eleito em 2018 sem participar de nenhum debate na rede de televisão aberta. Sua campanha presidencial se baseou fundamentalmente no uso do aplicativo

Whatsaap, para divulgação não de uma plataforma de governo ou projeto político, econômico e social, e sim para criação de um personagem (“mito”) que chega para resgatar os valores tradicionais da família, com o apoio de Deus, contra toda esquerda e o comunismo no Brasil, disposto a acabar com a corrupção tão enveredada no sistema político brasileiro pelos políticos tradicionais.

## 2. NEOPOLÍTICA, PÓS-POLÍTICA OU INSOBERANIA

Em que pese a importância das redes sociais na campanha e eleição de Jair Bolsonaro, o uso dessas plataformas e ferramentas de tecnologia não foi inaugurado por ele. Esse também não é um fenômeno isolado da política brasileira, tão pouco está dissociado do modo de acumulação capitalista atual. Burgaya (2020), vai chamar atenção para termos como neopolítica, pós-política ou insoberania, usado por alguns teóricos, para definir uma prática política que não apresenta programa nem ação de governo. Uma realidade que se base em verdades alternativas, no esvaziamento de espaços de debate e discussão, onde não há mais o protagonismo dos cidadãos ou das instituições do Estado. Tudo é exposto nas redes sociais, porém, seu conteúdo deve ser raso e apelativo, precisa garantir curtidas e compartilhamentos, aumentar seguidores e assim divulgar narrativas. Como diz o próprio Burgaya (2020), a política se reduz ao espetáculo. Mas se em um primeiro momento a internet pareceu ser um espaço neutro, de maior transparências às ações e decisões políticas e econômicas, um “novo” jeito de fazer política, para os mais otimistas, o que se tem presenciado é um movimento de concentração de dados e informações, definidos e utilizados pelas grandes corporações a fim de manipular a opinião pública. Além do fato, de que a inexistência de espaços públicos de debate, substituídos pelos indivíduos conectados em rede, contribui para o individualismo, aliado à valores ou projetos individuais (BURGAYA, 2020).

Problematizar o capitalismo tecnológico e a cidadania (MOROZOV, 2020), não é tarefa fácil, ainda mais em um mundo cada vez mais conectado e dependente da internet. Sempre que alguém critica as ferramentas e o desenvolvimento tecnológico, outro o acusa de retrógado, ultrapassado, até mesmo alguém contrário ao desenvolvimento do mundo global, que parece ser inevitável. De fato, a relação entre capitalismo tecnológico, Estado e cidadania é complexa. Ainda mais porque

todos estamos expostos, querendo ou não, a algum tipo de controle computacional ou gerência de dados e informações. Também não se trata de abrir mão do uso de tecnologias, nem requerer um volta ao mundo analógico. Contudo, a maneira como o capitalismo tecnológico se apresenta para a sociedade, não corresponde à real funcionalidade que ele tem para a concentração do poder nas mãos de grandes e poucas corporações, na substituição das decisões políticas e econômicas pelo Estado e pela sociedade, no controle, praticamente totalitário, de toda a vida social, inclusive dos nossos corpos e do nosso tempo.

Morozov (2020) vai criticar o que ele chamou de solucionismo tecnológico, que acredita na diminuição das desigualdades sociais, por meio de ferramentas produzidas que visam diminuir os custos dos bens e serviços. Para o autor, as propostas implantadas pelas inovações tecnológicas escondem a intenção de substituir bens e serviços públicos, que agora serão oferecidos por meio de apps e start ups. A internet não é um ente que vaga solto no espaço, ou melhor, em uma nuvem, como se estivesse separado do capitalismo financeiro, e como se não influenciasse a geopolítica atual (MOROZOV, 2020). Quem financia e sustenta o complexo industrial e tecnológico do Vale do Silício? O autor faz um convite a pensar fora da internet, refletir acerca da influência de grupos de investimentos e do capital financista, que ao final das contas, interferem nas regulações e legislações nacional e internacional para expandir seus investimentos, e, evidentemente, aumento seus lucros.

O que significa, na prática, pensar “fora da internet”? Bem, significa ir além dos contos de fadas inventados pelo complexo industrial-divulgador do Vale do Silício. Significa prestar atenção às minúcias econômicas e geopolíticas do funcionamento de tantas empresas de alta tecnologia que atualmente nos escapam. Por exemplo, seria bom saber que a Uber – grande defensora da mobilidade e da contestação às elites – é uma empresa de 72 bilhões de dólares parcialmente financiada pelo banco de investimentos Goldman Sachs. Do mesmo modo, seria esclarecedor perceber que o atual pacote de tratados de comércio – como TISA (Trade in Services Agreement, Acordo sobre Comércio de Serviços), o TTIP (Transatlantic Trade and Investment Partnership, Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento) e o TPP (Trans-Pacific Partnership, Parceria Transpacífico) – também visa incentivar a livre circulação de dados – um eufemismo insofrito do século XXI para designar ‘a livre circulação do capital’-, os quais vão, na verdade, constituir um dos pilares principais do novo regime de comércio global (MOROZOV, 2020, p.23).

Os acordos citados acima se quer são de conhecimento de grande parte da população. Sequer se sabe que os elabora, quem são as pessoas que os discutem e os validam. Apesar disso esses acordos influencia a vida social, seja por meio do

acesso às mercadorias, via consumo, ou pela procura de serviços que deveriam ser públicos, como o transporte. Ao invés de maiores investimentos em um transporte público de qualidade e gratuito, prefere-se apostar em soluções rápidas e comerciais de ofertar um serviço de transporte individualizado, como o Uber e outros aplicativos com a mesma finalidade. A dinamização das cidades, do seus bens e serviços, da sua acessibilidade e comunicabilidade, se fecha no círculo de quem pode pagar por esse tipo de produto ou serviço. Mesmo que o preço oferecido possa vir a ser mais baixo do que o que seria cobrado no tipo convencional, esvazia-se a decisão dos Estados em investimentos públicos. Os Estados, por outro lado, compram a ideia das soluções tecnológicas para resolver problemas de desigualdades sociais, quando já não possuem ou não querem possuir recursos destinados aos investimentos em bens e serviços públicos. No entanto, ao apostar no solucionismo tecnológico e deixar as decisões sobre os investimentos em serviços públicos nas mãos dessas corporações, os Estados vão perdendo soberania política.

De fato, a redução do papel do Estado, desde os anos 80 com a hegemonia neoliberal-neoconservadora, se tornou tendência no mundo todo (POTYARA; BURGAYA, 2020). O mundo globalizado ratificou o fim do Estado de Bem-Estar, com a pretensa solução da livre circulação de mercadorias e com o sonho do fim das barreiras impostas à circulação de pessoas. Contudo, o que se viu foram acordos de livre comércio, que facilitaram a troca de mercadorias entre países desiguais, e o livre trânsito de pessoas ficou circunscrito aos cidadãos de “primeira classe”. Para grande maioria da população, não apenas no capitalismo da periferia, mas também nos países de capitalismo central, a globalização não significou melhorias na qualidade de vida e nem o aumento a bens e serviços. As desigualdades sociais e econômicas se perpetuaram, e aumentaram, e as diversas crises do capital, como a desencadeada a partir de 2008, levou a cabo o projeto de desmonte do Estado e dos investimentos em gastos sociais.

Potyara e Burgaya (2020) afirmam que a corporocracia decidiu governar o mundo. Não é novidade a ligação entre interesses políticos e econômicos na condução de governos e na interferência das ações estatais. Mas o Estado parecia ter ainda um papel importante na moderação entre esses interesses – políticos e econômicos - ,



agora ele passa a ser um agente ativo na concentração de riquezas (POTYARA, BURGAYA, 2020). Concentração de riquezas que se destina às corporocracias, que aglutinam maior poder frente aos Estados. A submissão dos Estados frente aos interesses corporativos, coloca em xeque a soberania política dos próprios Estados. Para Burgaya (2020), as bases de uma economia-mundo e da concentração corporativa entrou em contradição com a manutenção dos Estados-Nação, ao menos nos moldes em que se conhecia até então. O mundo da corporocracia e da internet reconfigura a noção de territorialidade, e assim, não obedece às legislações nacionais e convencionais. Isso implica também na transformação da relação entre Estado e cidadania. Em um mundo onde a representação política perde poder, os Estados não possuem condições de governar, e o debate público dá lugar à postagens na internet e compartilhamentos virais, qual o espaço destinado à cobrança da garantia de direitos sociais? Onde e como cidadãos e cidadãs debatem sobre o destino de suas vidas? A perda da soberania política dos Estados- Nação representa a subsunção da democracia e da noção de cidadania. Os sistemas democráticos parecem se reduzir, cada vez mais, ao seu aspecto eleitoral: e a cidadania de que se goza é o direito de votar nos pleitos eleitorais.

Os sistemas democráticos, predominantes em grande parte do mundo, têm evoluído para a manutenção de seus aspectos formais — representação, eleições, instituições, divisão de poderes —, porém têm sofrido e estão padecendo de um enorme esvaziamento de seu conteúdo e perda inquestionável de sua “qualidade”. Quando se assume que o poder real não está nas instituições estatais e que a capacidade de tomada de decisão dos cidadãos limita-se a questões secundárias, o discurso democrático se enfraquece e se afiança a ideia de que a democracia, em termos reais, perdeu boa parte de seu brilho, visto que o poder efetivo e as decisões fundamentais ou bem são açambarcados pelo mercado, ou bem são decididos em outros âmbitos. Se a globalização transmite algo, é o rápido e progressivo desempoderamento dos cidadãos e das instituições “nacionais”. Companhias empresariais que estão fora de todo controle apropriaram-se de uma enorme quantidade de conhecimento e só respondem — se o fazem — aos requisitos das mais altas camadas de poder: superpotências como os Estados Unidos ou a China, mas não a maioria do restante dos Estados. De maneira que os procedimentos de legitimação do poder nesses Estados tornam-se, potencialmente, fictícios a partir do momento em que o verdadeiro poder está em outro lugar (BURGAYA, 2020. p.34-35).

Onde está a democracia? Como sistema do povo e para o povo, a democracia vem sendo esvaziada de sentido há muito tempo. Mas o que se presencia, agora, é a deformação total dos valores democráticos, ainda que se falem em nome deles, numa espécie de encenação, ou de espetáculo, em que no fundo, o

que vai valer são as decisões de bastidores. Decisões de um grupo de pessoas, que se quer, é de conhecimento público. Contudo, tais decisões influenciam cotidianamente as funções públicas e os investimentos em políticas sociais. Não somente interferem no poder do Estado em gerir gastos sociais, mas modificam o sentido de solidariedade e de moralidade que individualmente cada um de nós internaliza. Há uma mudança naquilo que se entende por laços de solidariedade, o que deveria guiar os indivíduos na busca por bem estar social. Objetiva e subjetivamente se passa a acreditar no individualismo egoísta, na potência do sujeito em mudar sua realidade, e deixa-se, assim, de exigir do Estado e das políticas sociais condições mínimas de sobrevivência, só para falar do básico. Ao contrário, a ideologia da Nova Direita faz com que os indivíduos, nós e eles, ojerize qualquer política voltada a minimizar as desigualdades sociais, cada vez mais acredita-se que qualquer ajuda “de fora” colaboração para formação de pessoas preguiçosas, descuidadas e mal acostumadas.

Retomando para o contexto brasileiro, especificamente no pós-golpe de Temer (2016-2017) a Bolsonaro (2019 – aos dias atuais), Mascaro (2019) vai afirmar que não há diferenças entre os movimentos que apoiaram e gestaram o golpe de 2016 para os que sustentam Bolsonaro. Para o autor embora possa a ver distintos arranjos de ideias e valores, trata-se do apoio a um mesmo núcleo: capitalistas nacionais e internacionais interessados em aumento a exploração do trabalho, a financeirização da previdência social e privatização dos bens e serviços públicos. De fato, pode-se concordar com o autor de que não há um rompimento com os ideais neoliberais, nem de Temer e nem de Bolsonaro, e não seria absurdo afirmar que são esses grupos econômicos e políticas que ainda asseguram o presidente Bolsonaro no poder. Contudo, a chegada de Bolsonaro ao poder executivo, e ainda por cima via eleições democráticas, representa mais do que os valores neoliberais exacerbados. Concebe os valores extremados da Nova Direita no Brasil, que sabe muito bem manipular valores econômicos e políticos com valores tradicionais e morais. Esse apelo nacionalista e moralista, pode não ser novidade na política brasileira, mas sem dúvida, o disparo de notícias pelas redes sociais e aplicativos de comunicação, influenciaram de maneira significativa, não apenas ao alcance da

população, como de que forma essas notícias foram recebidas pelas pessoas, sem nenhuma comprovação de verdade ou mesmo com a realidade, porém, disponibilizadas e compartilhadas como fatos.

Essa mobilização por meio das redes sociais e de aplicativos como o Whatsapp, na divulgação de notas falsas, ou mesmo apelativas, talvez não teriam tido tanto sucesso, se o ideário neoliberal/neoconservador não tivessem já difundidos em nossas relações sociais. Em que pese o poder manipulatório que as Big Tech possuem em direcionar determinadas informações de acordo com o perfil de cada usuário, as ideias compartilhadas encontram um chão fértil numa sociedade já tão debilitada e desfilhada de laços de solidariedade. Sobre a debilitação de laços de solidariedade na sociedade contemporânea, e seus efeitos, cabe retomar algumas mudanças importantes, que ocorreram não apenas no “mundo do trabalho”, com a desfiliação de trabalhadores em empregos formais e amparados por alguns direitos, mas que modificou complexos sociais importantes que garantiram a substituição de uma forma de organizar o trabalho, e assim, a sociedade, para outra muito mais incisiva e destruidora, não somente de laços de solidariedade, como de perspectivas de políticas sociais e atuação do Estado para garantia de direitos.

Há no mundo, e também no Brasil, uma reordenação moral e ética das políticas sociais. Isso acontece em decorrência do avanço dos interesses do grande capital, e da ideologia neodireitista, como já citado, porém, interfere na maneira como somos inseridos no mundo. Se a partir dos anos 1970, surge um novo regime de acumulação capitalista, de produção e mercados globais, nasce também um aparato ideológico corresponde a esse modelo de acumulação, guiado por princípios antioletivistas, como afirma (PEREIRA, 2015).

Trata-se do que passou a ser chamado de novo ou neoliberalismo, por ser uma versão contemporânea do liberalismo clássico que sempre primou pela privatização dos bens e serviços públicos e pelo individualismo possessivo, cuja melhor expressão ideológica é o empreendedorismo. Sua ascensão triunfal deveu-se não propriamente ao advento de uma crise específica do Estado intervencionista, que dava suporte à produção fordista e realizava vultosos gastos sociais; e sim, à eclosão de mais uma crise do sistema do capital que se revelou estrutural, sistêmica e prolongada (PEREIRA, p.462, 2015).

Neoliberalismo e neoconservadorismo, como já pontuado, funde-se numa ideologia que impera nos dias atuais. A Nova Direita chama pelo empreendedorismo, enquanto retira do Estado responsabilidades, amplia o

individualismo, bem como implica nos sujeitos a culpa pelas suas perdas. Nesse cenário, não é improvável o crédulo em “mitos” ou “solucionismos tecnológicos”. Se não se pode esperar do Estado, e assim de suas políticas sociais, auxílio e suporte nos momentos de perda e crise econômica, o que resta é acreditar em soluções, aparentemente, fáceis. Aparentemente porque o discurso favorável ao empreendedorismo lança os indivíduos a apostarem suas atividades, sejam econômicas ou sociais, na crença de que todos podem vencer, basta querer, mascarando a dura realidade de que, na verdade, poucos ganham, apesar de muitos tentarem. Quando o empreendedor de si mesmo fracassa, toda a responsabilidade recai sobre ele, esquecendo-se das relações desiguais do mercado de trabalho. Isso também levar à população a crer que todo trabalho é digno, desde que esteja trabalhando, e ainda que esse trabalhe mal os sustentem.

### 3. APONTAMENTOS FINAIS

A eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república, por mais absurda que possa parecer, representa a continuidade de um projeto de acirramento da tomada do capital, não somente aos direitos sociais existentes, mas, como tem-se presenciado, de expropriação de territórios e de recursos naturais, da privatização de empresas públicas, tudo isso junto à incitação da violência, a favor do porte de armas e tantas outras violações de direitos humanos que já forma citadas ao longo do texto. Em que pese múltiplos fatores terem contribuído para eleição de Bolsonaro a chefe do executivo brasileiro, é correto afirmar que um dos elementos que colaborou nesse processo foi a carência objetiva e subjetiva em que se encontrava grande parte da população no país. Uma população desamparada do ponto de vista econômico, já que sem perspectivas de emprego e renda, e sem amparo do Estado e de suas políticas sociais, e um desamparo subjetivo, uma vez que, como indivíduos atomizados e dependentes da relação imposta pelo livre mercado, não tem consciência do processo deformador e estranhando que as relações sociais os impõe. Desacreditados da política tradicional, e de seus representantes, recorrem àquele que se propõe a ser antissistema, sem compreender o uso desse mesmo sistema, ou seja, do aparato do Estado e de forças políticas e econômicas, ainda que não tradicionais, para erguer esse representante.

Pereira (2015) vai afirmar que o processo de reestruturação produtiva, característico da acumulação flexível que abarca os países de maneira global e os insere, ainda mais fortemente, no domínio do mercado nas relações sociais, vai implodir, cada vez, o Estado regulador e suas políticas sociais, com o mínimo de garantias legais, também enfraquece o poder sindical, e assim, abate o caráter socializador e de solidariedade intraclasse. Pode-se perceber, hoje, o contínuo processo de aprofundamento das leis do livre mercado nas relações sociais, dominado por uma individualidade necessária à mobilidade e adaptabilidade. É a nova ética onde cada um que procure seu lugar ao Sol, se autossustente e se proteja (PEREIRA, 2015).

Para os defensores e defensoras dos direitos humanos, essa lógica do mercado nas relações sociais, já se faz sentir presente há alguns anos, embora no governo de Jair Bolsonaro isso tenha se acirrado. A invasão de territórios pertencentes a comunidades tradicionais, o avanço do garimpo em terras indígenas, bem como da extração ilegal de madeira são exemplos mais contumazes da defesa do lucro acima da vida. Contudo, há outros pontos importantes que demonstram como a ideologia da Nova Direita avança também nas políticas de proteção e defesa dos direitos humanos, e na sociedade que deveria defendê-los. Um desses pontos diz respeito ao aspecto criminalizante e desqualificante de quem defende e promove os direitos humanos. Apesar do título de bandido ou vagabundo, existe uma resistência em reconhecer que os direitos defendidos por indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais, pessoas em situação de rua, população LGBTQIA, dentre outros grupos, sejam legítimos. Desconfia-se que sejam de fato indígenas ou quilombolas, mas também invisibiliza-se o direito de cobrar do Estado e da sociedade a garantia daquilo que necessitam para ter condições de vida digna. Não à toa, alguns defensores e defensoras, também são acusados de mimizentos, de se vitimizarem demais.

O discurso de alguns políticos brasileiros têm reforçado essa ideia na sociedade em geral, de que clamar por direitos humanos é se vitimizar demais, é querer ser melhor do que o restante da população. Os defensores e defensoras dos direitos humanos, de acordo com essa lógica, são aqueles e aquelas que se

colocam como vítimas diante da sociedade, mais que isso, ao invés de procurarem trabalhar e agradecer pelas oportunidades que grandes empreendimentos, ou mesmo empresas e fazendas, lhes oferecem, se colocam contra o desenvolvimento da região. E assim, são taxados de preguiçosos, baderneiros, pessoas que são más influências para o restante da população. A imediatividade das informações veiculadas por aplicativos, como o WhatsApp, por exemplo, foi um instrumento importante para difundir discursos mentirosos e manipuladores, que foi adotado pela campanha de Jair Bolsonaro. Mas esse discurso contrário aos direitos humanos, bem como aos defensores e defensoras, tem histórico mais antigo e duradouro, criado por aqueles que possuem a intenção de expropriar territórios quilombolas e indígenas, terras públicas, recursos naturais, mas também que são contrários às políticas sociais que reconhecem direitos humanos, principalmente, para grupos historicamente marginalizados.

Se a situação nunca foi fácil para quem defende os direitos humanos, haja vista, o histórico de violações de direitos de que o país acumula, com Bolsonaro e seus apoiadores, o cenário se acirrou muito. Esse governo e seus apoiadores não fazem, se quer, questão de fingir que são favoráveis aos direitos fundamentais garantidos na Constituição Federal. Ao contrário, o que se discute no Congresso é como criar ou reformular leis que previam essa garantia, atacando, principalmente, os direitos dos povos tradicionais e originários. Quando não é o discurso do governo federal favorável ao desmatamento, é aprovação ou reformulação da legislação à favor de mineração em terras indígenas e do aumento do uso de agrotóxicos no país. Em fevereiro desse ano, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei N. 6299/2002, conhecido com o pacto do veneno, que autoriza a produção de pesticidas genéricos no país, além de flexibilizar o controle do uso de agrotóxicos.<sup>2</sup> Trata-se de uma pauta de grande interesse da bancada ruralista, além do Projeto de Lei N. 191/2020 que prevê a legalização de mineração em terras indígenas, além de regulamentar a exploração de recursos hídricos e orgânicos nessas terras<sup>3</sup>. O

---

2 Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/camara-vota-urgencia-para-pl-do-veneno-e-programa-de-habitacao-para-policiais/>.

3 Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/634893-projeto-do-governo-viabiliza-exploracao-de-minerios-em-terras-indigenas/>.

Projeto de Lei N. 191/2020, ainda não foi aprovado na Câmara dos Deputados, mas o líder do governo na Câmara já pediu urgência para votação do projeto.

A exploração dos territórios tradicionais só representa ganhos para grandes empresas e grupos econômicos. O discurso utilizado pelo governo e seus apoiadores de que isso permitirá maior desenvolvimento e melhor uso dos recursos naturais é mais uma falácia da ideologia da Nova Direita. A ideia de que não há outra alternativa, se se quer desenvolver o país, às custas da expropriação de direitos, e nesse caso, não apenas dos povos tradicionais, mas de toda a população, é mais um golpe que atende aos interesses do capital, da acumulação de lucro sem limites. Além disso, vem atrelado a um discurso paternalista, de que esses povos e comunidades precisam do Estado para ajudar a gerir esses territórios, pois, de acordo com esse ideário, eles não produzem nada, não conseguem se auto sustentar, nem contribuir para o desenvolvimento do país. Isso também esconde o projeto do governo de acabar com as políticas públicas e sociais que, ainda, atuam na garantia e na permanência dos povos tradicionais em seus territórios.

Para além das questões agrárias, que envolvem conflitos no campo, pode-se citar a negação do atual em governo no reconhecimento de direitos da população em situação de rua, da população negra, da população LGBTQIA+, do direito à educação para classe trabalhadora, e até mesmo, do direito à saúde e à vida, como pode-se presenciar na gestão do governo Bolsonaro diante da pandemia da Covid-19. O governo tem se posicionado contrário à garantia de direitos sociais desses grupos, e atizado a população a se colocarem em oposição a esses grupos. Em nome da família e dos bons costumes, de Deus e da tradição, esse discurso conclama à população em geral a se revoltar contra aqueles e aquelas que se posicionam contrários às decisões governamentais. Para justificar a contrariedade da população em relação aos defensores e defensoras dos direitos humanos, o discurso que se apresenta é que eles estão mal acostumados a “mordomias” de governos anteriores, em que recebiam benefícios sem, de fato, terem direito. Isso reitera também o discurso do vitimado, do que se coloca em lugar inferior a fim de conseguir do Estado alguma benefício. Como uma parte da população brasileira não é beneficiada por programas sociais e nem se encontram em territórios tradicionais,

fica mais comprar o discurso de que aqueles e aquelas que buscam pela garantia de seus direitos, na verdade, estão querendo “mamar” nas tetas do governo ou reivindicar “privilégios” diante de uma população que se acostumar a empreender ou aceitar qualquer tipo de trabalho para sobreviver. Pensar diferente do modelo empreendedor e da inserção no mercado de trabalho vira sinônimo de vagabundagem, moleza, e de querer tirar vantagem, quando, afinal, se pode procurar trabalho, mesmo que nas piores condições, pois o trabalho salva e honra a alma.

Para os defensores e defensoras dos direitos humanos esse discurso se converte, em alguns casos, na desqualificação pública e na criminalização de suas atuações. Mas não somente isso, a ideologia que inverte lógica de quantos mais direitos, melhor, para a crença de que o Estado não deve atuar na garantia de direitos sociais, e sim, incentivar que os indivíduos busquem no livre mercado os meios para sobrevivência e ascensão social, atua na cooptação de pessoas que são atingidas pela perda desses mesmos direitos. No caso dos defensores e defensoras dos direitos humanos são comuns os relatos de que pessoas da própria comunidade, seja quilombola, indígena, ribeirinha, dentre outras, critiquem a atuação de quem se coloca à frente dos grandes empreendimentos nesses territórios, ou não aceita a entrada de empresas, mineradoras, fazendas de gado ou soja, madeireiras, e até mesmo fiquem do lado de quem está invadindo seus territórios. Evidentemente, o discurso de quem tem interesse na exploração de recursos naturais, minerais, hídricos e comerciais desses territórios, chega com a retórica do desenvolvimento, da geração de emprego e renda, da melhoria das condições de vida para todos e todas da comunidade. Onde falta políticas públicas, onde falta a presença do Estado, não é de admirar que alguns comunitários se voltem favoráveis a quem chegar em nome do “desenvolvimento” e do “progresso”.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURGAYA, Josep. O enfraquecimento da noção de cidadania. Rumo a uma democracia iliberal. **Ascensão da nova direita e colapso da soberania política [livro eletrônico]: transfigurações da política social** / organização Potyara Amazoneida P. Pereira. — i. ed. — São Paulo: Cortez, 2020.



CÊPEDA, Vera Alves. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, v. 23, n. 2, p. 40-74, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, Florestan. **O Brasil de Florestan Fernandes**. Editora Fundação Perseu Abramo: 2018.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Editora Zouk: Porto Alegre, 2019.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política**. Tradução: Claudio Marcondes. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

PEREIRA, Potyara A. P. e PEREIRA, Camila Potyara. Desigualdades Persistentes e Violações Ampliadas. **Revista Ser Social**, Brasília, V. 16, nº 34, p. 13-29, 2014.

PEREIRA, Evelyne Medeiros e ELIAS, Michely Ferreira Monteiro. Direitos, Lutas Sociais e Questão Democrática no Brasil Contemporâneo. **Revista Ser Social**, Brasília, V. 18, n. 38, p. 30-47, 2016.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no Capitalismo: Crítica a teorias e ideologias conflitantes**. Editora Cortez, 2016.

PEREIRA, Camila Potyara. Nova Direita e Política Social: neoliberalismo, neoconservadorismo e a negação de direitos. **Temas da Política Social: Análises e Discussões**. V. 1. Curitiba: CRV, 2019.

POTYARA, A. P. Pereira. Reestruturação perversa dos fundamentos éticos da política social: do ethos solidário à moral egoísta. **Ascensão da nova direita e colapso da soberania política [livro eletrônico]: transfigurações da política social** / organização Potyara Amazoneida P. Pereira. — i. ed. — São Paulo: Cortez, 2020.

ROCHA, Camila. **“Menos Marx, mais Mises”**: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). /Camila Rocha; orientador Adrian Gurza Lavalle. São Paulo, 2018, 232 f.